

“Reforma Sindical” é para retirar direitos e tem o selo da CUT

Lula dá com a língua nos dentes e revela a trama

Durante jantar com jornalistas em Brasília, realizado dia 11 de fevereiro, na casa da colunista Tereza Cruvinel, do jornal “O Globo” – antes da crise política deflagrada pelas revelações que Waldomiro Diniz, membro do governo e principal assessor do 1º ministro, José Dirceu, recolhia propinas com bicheiros para as campanhas eleitorais do PT - o *senhor* Luís Inácio disse que enviará ao Congresso em 2004 as reformas sindical e do judiciário. “*A reforma trabalhista só em 2005, porque este é um ano atípico*”, numa alusão à preocupação com as próximas eleições municipais. Os jornalistas revelaram que, após vários goles de vinho, Luís Inácio defendeu uma reforma trabalhista e apesar de rejeitar o uso da palavra “flexibilização”, disse que poderia ser revisto o mecanismo que prevê multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) nas demissões e citou o parcelamento do 13º salário. Afirmou que a única coisa inegociável são as férias de 30 dias mas contou que, quando estava de folga, ficava angustiado após dez dias. Como vemos, esse presidente bufão, gerente de turno do Estado burguês-latifundiário, prepara o caminho para não deixar nada de fora da contra-reforma trabalhista.

Anteriormente, o então ministro do Trabalho e ex-dirigente da CUT-Bahia, Jaques Wagner, havia dito que teriam que ser retirados “*penduricalhos da CLT*”; tais como, férias e 13º. Indagado sobre o que poderia ser alterado na legislação trabalhista, disse: “*Pode-se mexer até em tudo*” (jornal “Estado de São Paulo” – 6/01/2003). Tamanha *habilidade* mereceu na reforma ministerial a substituição de Jaques Wagner pelo algoz dos aposentados, o também ex-dirigente da CUT-São Paulo, Ricardo Berzoini. Nos gabinetes do Ministério do “Trabalho e Emprego” (sic) já algum tempo que é preparado um anteprojeto de lei que elimina mais de 100 artigos – de um total de 922 – da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A trama do governo Lula-FMI, após ter realizado o ataque aos direitos previdenciários dos servidores públicos, é inicialmente fazer a contra-reforma sindical para depois fazer a contra-reforma trabalhista. Com isso procura previamente quebrar a resistência feroz que será oposta as suas reacionárias medidas de flexibilização e precarização dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Tudo isso é para atender as determinações do FMI/Banco Mundial e servir às reacionárias classes dirigentes.

CUT é correia de transmissão do governo FMI-Lula

Logo após essas reveladoras inconfidências, a CUT capitaneou uma nota das centrais sindicais onde manifestam “*sua estranheza e sua preocupação com as declarações de ontem do presidente da república sobre mudança da legislação trabalhista. A CUT, a Força Sindical e a CGT, consideram que a discussão da reforma trabalhista só deve ser feita em 2005, após a reforma da estrutura sindical...*” Na nota conjunta, a CUT, Força Sindical e CGT revelam que “*a reforma da legislação trabalhista é consenso entre os trabalhadores, empregadores e governo, mas é agenda para discussão no seu devido tempo.*” (InformaCUT – matéria da seção Brasil - 13/2/2004). Terminam o documento afirmando demagogicamente que a reforma deve ser feita para ampliar, não para retirar direitos dos trabalhadores e mostrando contragosto com as palavras do presidente da república que foram “*não só foram inoportunas e inadequadas, como podem comprometer os avanços obtidos, até agora, nos acordos para a reforma sindical*”. Os trabalhadores que sentiram na pele e no bolso o que foi esta tal de “*ampliação de direitos*” no caso da recente reforma previdenciária, onde o governo impôs aos servidores públicos, a cobrança dos inativos, o corte no

valor das pensões, o aumento do limite de idade para aposentadoria, devem colocar as barbas de molho com esse discurso dos pelegos da CUT de *ampliar direitos*.

Como é de praxe, o governo oportunista da frente eleitoreira (PT, PCdoB, PMDB, etc), tenta esconder suas medidas autoritárias com o engodo da “participação popular”, “parcerias”, “fóruns de discussão entre trabalhadores, governo e empresários”, etc. Já no 1º mandato de FHC, a CUT então dirigida pelo atual deputado federal e autor da proposta de reforma sindical, Vicentinho, defendia a participação nas “câmaras setoriais” e “comissões tripartites”. Com essa participação e “sindicalismo propositivo”, a CUT avalizou uma série de ataques do governo FHC aos direitos dos trabalhadores, tais como, retirada de direitos previdenciários, contrato temporário, banco de horas, terceirização, câmaras de conciliação prévia, etc.

Da “oposição sindical” ao Palácio do Planalto

O governo FMI-Lula tem, entre seus principais quadros, diversos dirigentes egressos da CUT e do Palácio do Planalto são emanadas as diretrizes que a central executa. Parceria e conciliação de classes estão na gênese da central (ver em **AND nº 11**, julho/2003, “8º Congresso Nacional da CUT – O fim de um ciclo de traição do sindicalismo amarelo”). Desde sua fundação, a CUT foi inegavelmente financiada pelo imperialismo, mas para atrair seguidores, arrastar massas e ganhar força teve que assumir posições combativas no início de sua trajetória, marcando sua atuação por greves, lutas por reajustes salariais, defesa da “reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores”, repúdio ao FMI, formação de oposições sindicais e disputas acirradas pelo controle de sindicatos com os pelegos tradicionais.

Durante o governo de José Sarney, atual presidente do Senado e um dos principais aliados do governo Luiz Inácio - do qual depende para barrar a CPI do caso Waldomiro - a CUT radicalizou então as suas posições contra a proposta de pacto social feita pelo governo, caracterizando-se este momento como o período de sua maior projeção nacional e internacional. Em setembro de 1988, aprova em congresso o apoio da central a primeira candidatura de Luiz Inácio e inicia o gradual abrandamento do discurso e incrementação da sua burocratização, dificultando a participação de delegados de base para os próximos congressos.

Durante o governo Collor fica mais explícita a orientação política de colaboração de classes, com prioridade da “negociação”, “concertação”, e as parcerias com a patronal através da participação nas Câmaras Setoriais (mecanismo adotado pelo governo para defender os interesses dos setores monopolizados e prejudicar os trabalhadores).

A combativa greve de 32 dias dos petroleiros, no governo FHC, é desautorizada por Luiz Inácio e a central. Através de seu presidente Vicentinho, atua para isolá-la, pressionando os trabalhadores ao recuo sem conquista alguma. Aliado ao embate eleitoreiro, também ocorre a contemporização com a participação na reforma da Previdência do governo e a traição de aceitar a mudança de cálculo de aposentadoria, de tempo de serviço para tempo de contribuição, entre outras. As medidas de flexibilização de direitos impostas por Fernando Henrique – banco de horas, terceirização, contrato temporário, abono à título de PLR – tiveram acolhida favorável nas discussões com a CUT e foram praticadas nos sindicatos a ela filiados.

Agora, coroando esse ciclo do sindicalismo amarelo e de conciliação de classes, 66 destacados dirigentes egressos da CUT ocupam altos cargos na gerência do governo e comandam as contra-reformas. A começar da presidência da República, nove ministérios, três secretarias de Estado, passando por mais outros cinquenta e três outros postos-chave nos Ministérios e no Palácio do Planalto. Isso sem falar nos diversos líderes licenciados da CUT que ocupam cargos federais nos estados, no Itamarati, nas empresas estatais e na até na direção de conselhos de entidades de caráter nitidamente patronal, como o SESI (Serviço Social da Indústria). Todos tomando assento ao lado dos representantes do capital financeiro internacional, da grande burguesia e latifundiários, como Henrique Meireles, José de Alencar, Roberto Rodrigues, Luiz Fernando Furlan, etc. Respaldam as reformas, os dirigentes da CUT que, graças ao trampolim político e braço sindical do PT (e de

sócios menores como o PCdoB) que sempre foi a entidade, hoje são membros entusiastas do poder parlamentar burguês.

Propostas da CUT são corporativas e fascistas

A CUT, praticando a conhecida máxima do nazista Goebels, ministro da informação de Hitler, de que *“uma mentira repetida inúmeras vezes vira verdade”*, não cansa de repetir que sua proposta é *“garantir direitos, fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho”*.

Até um programa semanal de televisão da CUT, foi lançado na Rede TV, todo sábado, com alcance nacional, para a central defender as contra-reformas, como se estivesse falando a favor dos trabalhadores. Sintomaticamente, os patrocinadores da *“TV CUT”* são bancos, grandes empresas e monopólios estrangeiros. Um diretor do Banco Pontual, em propaganda no intervalo de um dos programas elogiou a CUT pelo patrocínio dos empréstimos com consignação em folha de pagamento, onde os pelegos deixam os salários dos trabalhadores como aval para os empréstimos realizados pelos banqueiros, que de altruístas só tem *as penas*. O apoio do governo FMI-Lula também se faz notar, com propagandas do Banco do Brasil, etc. Mas isso não é novidade! Para realizar suas festividades do 1º de maio do ano passado, a central recebeu mais de R\$ 800 mil reais do governo (Petrobrás, Correio, Caixa Econômica e Banco do Brasil)

Seguindo exatamente a trama traçada pelo governo, defendem que estão discutindo duas reformas: a sindical e a trabalhista, mas qualquer discussão sobre a reforma trabalhista tem, necessariamente, que ser precedida da discussão e aprovação da reforma sindical, incluídos os temas da organização sindical, negociação e contratação coletiva, financiamento do movimento sindical, papel da Justiça do Trabalho.

Na verdade, a proposta é quebrar o artigo 8º da Constituição Federal de 1988, que estabelece *“a livre organização profissional ou sindical, observado o seguinte: I- registro no órgão competente. II- vedada a criação de mais de um sindicato na mesma base territorial. III- defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria. IV- contribuição aprovada em assembléia geral. V- liberdade de filiação. VI- participação obrigatória do sindicato nas negociações coletivas de trabalho. VII- direito do aposentado filiado votar e ser votado. VIII- vedada a dispensa de candidato as eleições sindicais e dos dirigentes eleitos.*

O objetivo da CUT e do governo FMI-Lula, para retirar os direitos dos trabalhadores com a “reforma trabalhista”, é iniciar com a imposição de um modelo de organização sindical baseado no sindicalismo norte-americano, bancado pela CIOISL, (Confederação Internacional das Organizações do Sindicalismo Livre), hegemônica e dirigida pelo imperialismo ianque e que consiste no seguinte:

- Dois sistemas distintos de organização, com a prerrogativa das entidades patronais permanecerem da forma atual, mantendo as confederações patronais, federações, sindicatos e todo sistema S, com sua fabulosa drenagem de dinheiro.
- Enquadrar as centrais em modelos ministeriais, atrelando-as ao Estado, e através de “critérios de representatividade” impor uma única Central (CUT) vinculada totalmente ao governo,
- Implantar o pluralismo, onde for conveniente para a Central oficial e a patronal, com a pulverização das entidades sindicais e controle pela cúpula da central e da patronal,
- Subordinar as entidades sindicais de trabalhadores ao comando da Central Oficial, sob pena de perda da base e da representação, através de legislação controlada a partir da burocracia da SRT-MTE (Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego),
- Intervir nos sindicatos profissionais existentes, que teriam que comprovar representatividade para continuar existindo e para ser conferida a personalidade jurídica,
- Quebrar a autonomia das entidades sindicais,
- Impor a alteração dos estatutos das entidades e obrigar a adoção das regras estipuladas pela central chapa branca,

- Burocratizar e controlar do movimento sindical, através de “Câmaras Bipartites” e “Conselhos”, indicados e controlados pelo governo, através do Ministério do Trabalho – conseqüentemente controlados pela CUT.

Discussões no “Fórum Nacional do Trabalho” são armações para fortalecer a CUT e retirar direitos dos trabalhadores

O modelo de reforma sindical elaborado no Ministério do Trabalho, esta todo baseado na consultoria da CIOSL, na pessoa de seu secretário-adjunto internacional, José Olivio de Miranda, que também é dirigente da CUT e a assessoria do advogado José Francisco Siqueira Neto, remunerado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho – que também age segundo os interesses dos monopólios e grupos de poder imperialistas). No comando da reforma sindical está outro ex-dirigente da CUT e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ministro do trabalho, Ricardo Berzoini, e no comando-geral do “Fórum Nacional do Trabalho”, da mesma forma outro sindicalista egresso da CUT, Osvaldo Bargas. Esse tem uma biografia interessante, pois foi fundador da CUT, do Instituto Cidadania (organismo para fazer projetos e arrecadar recursos para o PT), é amigo pessoal de Luiz Inácio e idealizou a criação do Centro de Memória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, do qual foi diretor. Esse centro foi todo patrocinado pela Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Scania e Volkswagen. A cara de pau desses canalhas é tão grande que a página do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na internet, registra como a coisa mais natural do mundo o dinheiro repassado pelas montadoras transnacionais e ainda defendem que *“na fase atual do sindicalismo nacional, marcada antes de tudo pela tentativa de preservar empregos, este antagonismo parece relegado ao passado”*. É gente desse tipo, serviços do capital financeiro, que são os instrumentos utilizados para tentar destruir a organização e os direitos dos trabalhadores brasileiros.

O fórum tripartite, criado por ato do governo no mês de agosto do ano passado, tem 63 membros e é composto por 21 empresários da FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), CNI (Confederação Nacional das Indústrias), CNA (Confederação Nacional da Agricultura), CNT (Confederação Nacional dos Transportes) entre outras, por 21 membros do governo, vários deles egressos da CUT e por 21 pelegos, alguns históricos, com maioria da CUT e também da Força Sindical, SDS, CGT, CGTB, CAT e CNTI. Qualquer organização classista passou muito longe desse fórum!

Em reuniões realizadas em Brasília, no 1º andar do edifício com o sugestivo nome de *“Corporate Financial Center”*, já foi aprovado, por consenso, o seguinte (fonte: página na internet do Fórum Nacional do Trabalho):

- A Comissão Nacional de Relações do Trabalho vai definir a organização das entidades sindicais que vão se estruturar a partir da organização dos trabalhadores por setor e ramo de atividade econômica.
- Pelos critérios de representatividade os sindicatos terão que ter, no mínimo, 20% de filiados.
- As centrais sindicais terão que reunir pelo menos 22% de filiados em sua base de representação, estarem presentes em ao menos 18 estados, abrangendo todas regiões do país e pelo menos 7 setores econômicos.
- Os sindicatos que na data da promulgação da lei tiverem registro sindical, para manter a exclusividade da representação, desde que aprovada em assembleia geral dos trabalhadores e sujeita a mudanças estatutária sobre processo eleitoral e prestação de contas.
- A sustentação financeira das instituições será feita através da criação de uma Contribuição Negocial, no valor de 1% da remuneração líquida do ano anterior. A cobrança está condicionada a participação do sindicato em processo de negociação coletiva. Serão extintos o imposto sindical e as taxas assistencial e confederativa, com período de transição de 3 anos.

- Cerceamento do direito de greve; os trabalhadores ficam obrigados a comunicar aos empregadores com 72 horas de antecedência, a realização dos movimentos e com antecedência de 48 horas avisar a população.
- O estatuto do sindicato deve prever as formalidades de convocação e número mínimo de interessados para a deliberação tanto da deflagração quanto do encerramento da greve.
- As representações de trabalhadores e empregadores serão obrigadas a negociar. As entidades que se recusarem serão substituídas por outras, também representantes das categorias em questão.
- Nova legislação deverá estabelecer o tempo de vigência dos instrumentos normativos, e as partes poderão definir, no corpo do acordo, prazos diferentes.
- Os acordos firmados em nível nacional prevalecem sobre as regionais, estaduais ou municipais.
- Redução do papel da Justiça do Trabalho para julgar os litígios trabalhistas.
- Adoção de regras da OIT para legalizar as cooperativas, etc.

Como fica muito claro, o governo acelera os preparativos para assegurar em lei o monopólio da representação sindical nas mãos da CUT e através dela impor as “negociações” para retirada de direitos. De braços dados com a patronal, os pelegos do Fórum e membros do governo, rasgam a CLT, onde estão registrados os direitos duramente conquistados ao longo de décadas pelo operariado brasileiro.

Questões de interesse dos trabalhadores como o direito de greve, a valorização do salário mínimo, a livre organização sindical dentro dos locais de trabalho, etc, não passam nem perto das discussões desse Fórum de empresários, pelegos e oportunistas.

CIOSL, o braço do imperialismo (FMI/Banco Mundial) dirige a CUT e Força Sindical

Já na edição nº 1, julho/2002, “**A Nova Democracia**” denunciava a filiação das centrais sindicais brasileiras (CUT, Força Sindical, CGT) à CIOSL e o papel nefasto desse sindicalismo amarelo de comandar a conciliação e de cúmplices da política de ataque sistemático e destruição dos direitos trabalhistas. Na matéria era denunciado que essas centrais colocam em 1º lugar seu projeto de poder burguês e que a CUT, totalmente envolvida no projeto oportunista de eleger Luiz Inácio, iria aplicar a mesma política de FHC, mas de forma diferente, mais moderna – “fazer diferente, as mesmas coisas”.

A CIOSL (Confederação Internacional das Organizações do Sindicalismo Livre) foi criada nos tempos da guerra fria, em 1949, para servir aos países capitalistas em disputa com o movimento comunista. O imperialismo dirige a CIOSL desde sua fundação e comanda esta parcela do movimento sindical, levando-o a conciliação de classes, em torno do anticomunismo no movimento dos trabalhadores, tanto no campo como nas cidades, além de apassivá-lo no desmonte dos direitos das classes trabalhadoras.

Devido ao momento de crise aguda e falência do sistema imperialista, a CIOSL reflete as preocupações do sistema e age para tentar debelar a crise através de pactos entre sindicatos e empresas para lograr acordos de aumento da produtividade e respeito as diretrizes da OIT. Isso deriva em mais arrocho sobre os trabalhadores e a retirada de direitos que se observa hoje em todo mundo.

A leitura do documento da CIOSL “*Propostas sindicais para o Fórum Econômico Mundial*” (Davos, 21-25 de janeiro de 2004), revela as articulações da entidade com os banqueiros para adotar mecanismos de consenso e medidas na tentativa inglória de debelar a crise capitalista. Fazem uma proposta de “Pacto Global”, “plano de crescimento global coordenado em escala internacional, encabeçado pelos países do G8”, onde está incluída a discussão de retirada dos direitos dos trabalhadores. Demonstam a preocupação com as tensões e conflitos que surgem em todo mundo, com o crescimento das forças opositoras e defendem ações para conseguir desenvolvimento econômico capitalista estável, como se isso fosse possível. Assinam

textualmente o desejo de “*fortalecer as empresas*”, preocupados com as crises corporativas e em “*preservar uma paz industrial duradoura*”. Fazem a defesa de diálogo entre sindicatos e a patronal, incluindo a negociação de acordos em escala global e tripartites, baseados nos princípios da OIT e normas internacionais como as diretrizes para empresas multinacionais da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – o chamado “clube dos ricos”, organização que reúne os 30 países, que, juntos, produzem cerca de 80% dos bens e serviços mundiais). Apresentam como retrocesso o aumento de medidas protecionistas em todo o mundo e ressaltam que “*Estados Unidos e UE (União Européia) devem reconhecer seu interesse comum em uma agenda conjunta sobre diversas áreas da economia mundial, apoiando um trabalho conjunto da OMC, FMI, Banco Mundial com outras organizações internacionais, em particular a OIT*”.

As malditas contra-reformas do governo FMI-Lula estão situadas dentro do marco do “diálogo” sugerido pela CIOSL e inserem-se em seu receituário de tentar salvar o cambaleante sistema imperialista, à custa da superexploração e do sangue dos trabalhadores.

Peleguismo da estrutura sindical favoreceu a demagogia cutista

O atual sistema sindical brasileiro, com uma estrutura vertical, distanciada das bases e onde se destaca o acomodamento, a conciliação e atrelamento com a patronal e partidos políticos tradicionais, favoreceu a demagogia do esquema CUT-PT. Durante anos, usando de demagogia para encobrir suas propostas pró-imperialistas e realizando greves econômicas, a CUT pavimentou o caminho do projeto político do PT.

A dispersão do movimento operário causada pelo golpe militar, a falta de uma orientação classista e combativa, e conseqüente predomínio do oportunismo de direita no seio do movimento sindical, totalmente atrelado ao estado, facilitou com que assumissem, hoje, a gerência do Estado, a frente, reunida na CUT, de sindicalistas anticomunistas, guerrilheiros arrependidos, estudantes trotskistas, intelectuais da pequena burguesia liberal e outros tantos renegados do marxismo e traidores financiados pela burguesia européia e pela Igreja.

Rompimento com a CUT e construção de um sólido movimento sindical de base é inadiável para os setores classistas

O movimento sindical brasileiro está vivendo um momento de discussões e está na ordem do dia o repúdio de todo movimento classista às contra-reformas e a CUT governista, pelega e traidora, que lado a lado com a Força Sindical e demais centrais, é o principal suporte para o governo Luiz Inácio-FMI implementar os ataques aos direitos dos trabalhadores. Setores classistas que, quiça, ainda estão no interior da CUT, se preparam para tomar a justa decisão de romper com a central. É única posição razoável para quem não quer se comprometer ainda mais com a execução de uma política nefasta para os trabalhadores.

Durante a paralisação dos servidores públicos, em julho do ano passado, ficou desmascarada a atitude do presidente da CUT, Luís Marinho, de respaldar a aprovação da reforma da Previdência e articular contra a greve dos servidores. A resposta foi a desfiliação de vários sindicatos de servidores públicos e a articulação para criação de uma nova central.

É muito importante o rompimento com o burocratismo, a dependência do Estado e da burguesia, que é a marca da CUT e desmascarar radicalmente esses oportunistas para a organização de um verdadeiro movimento operário classista e combativo.

O que a CUT conquistou esses anos todos para a classe? O que a CUT avançou em nível de consciência e organização dos trabalhadores? NADA! O que a CUT de fato conseguiu foi colocar os trabalhadores numa camisa de força para ajudar a burguesia e o imperialismo a retirar mais

direitos e explorar ainda mais. O governo FMI-Lula, apoiado pela CUT, não é nada mais do que um plano de salvação desse Estado corrupto e podre da burguesia, dos latifundiários e do imperialismo.

A burocracia vendida da CUT, Força Sindical e demais Centrais estão sendo desmascaradas, principalmente a base fundamental de apoio do governo burguês de Luiz Inácio que é a CUT. Mais e mais trabalhadores se indignam com o empenho dos pelegos em serem tão dóceis com as reformas, com o arrocho salarial e com a aplicação de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Como diz o grande Lênin, em seu excelente trabalho “O imperialismo e a cisão do socialismo”: *“A única linha marxista no movimento operário mundial consiste em explicar as massas que a cisão com o oportunismo é inevitável e imprescindível, em educá-las em uma luta desapiadada contra ele, em aproveitar a experiência da guerra para desmascarar todas as infâmias da política liberal-nacionalista, e não para encobri-las”*.